

A política nas mídias sociais e as tarefas da esquerda: a revolução se faz no presente

The politics on social media and the tasks of the left: the revolution is made in the present

Edemilson Cruz Santana Junior
Doutorando em Sociologia pela Universidade de Brasília
edemilsonparana@gmail.com

João Telésforo
Mestrando em Direito pela Universidade de Brasília
mf.telesforo@gmail.com

Resumo: Em consonância com as novas configurações na estrutura do mundo do trabalho e das sociabilidades, abertas pelas transformações no modo de produção capitalista, e como parte desse processo, os meios de “autocomunicação de massas”, como Facebook, Twitter e Youtube, instauraram importantes transformações nas dinâmicas de operação da esfera pública. A linearidade cognitiva, discursiva e ideológica do século XX é posta em xeque e impõe-se aos movimentos de contestação a necessidade de novas formas de fazer política e disputar a sociedade. O presente artigo analisa tais elementos, bem como eventuais respostas para os dilemas organizativos por esta nova realidade postos, a partir da discussão a respeito do papel das mídias sociais nas manifestações de junho de 2013 no Brasil.

Palavras-chave: Mídias sociais. Cidadania digital. Autocomunicação de massas. Movimentos sociais. Mobilização política.

Abstract: In line with the new settings in the structure of the world of work and sociability, opened by the transformations in the capitalist mode of production, and as part of this process, the “mass self-communication” media as Facebook, Twitter and Youtube, have introduced important changes in the operating dynamics of the public sphere. The cognitive, discursive and ideological linearity of the twentieth century is called into question and it’s posed to protest movements the need for new ways of doing politics and play in society. This paper analyzes such elements as well as some responses to organizational dilemmas that this new reality presents, from the discussion about the role of social media in the demonstrations of June 2013 in Brazil.

Keywords: Social media. Digital citizenship. Mass self-communication. Social movements. Political mobilization.

Originais recebidos em: 17/04/2015

Aceito para publicação em: 23/06/2015



Este trabalho está licenciado sob uma Licença Creative Commons Atribuição-Uso Não-Comercial-Vedada a criação de obras derivadas 3.0 Unported License.

Introdução: a autocomunicação de massas¹

Logo após o início das manifestações de junho, algumas análises empenharam-se em discutir como a mídia tradicional, em especial a Rede Globo, mostrou-se capaz de influenciar os protestos, fortalecendo ou enfraquecendo agendas e grupos no decorrer do processo². Não ignoramos esse fato. Porém, talvez se tenha superestimado a capacidade da grande imprensa de dirigir os “movimentos” espontâneos por se desprezar um fator fundamental para a sua gênese e dinâmica política: as mídias sociais, em especial o Facebook.

Meios de autocomunicação de massas (CASTELLS, 2009), como Facebook, Twitter e Youtube, instauraram mudanças consideráveis nas lógicas de funcionamento da esfera pública em nosso tempo. Até alguns anos atrás, não era tão fácil para uma massa de pessoas dispersas se comunicar e, portanto, ter capacidade de se autoconvocar. Dependia-se muito mais de uma direção, de um centro emissor forte engajado na mobilização: seja um canal de TV, grandes jornais, partidos políticos, Igrejas ou outras organizações com capacidade aglutinadora criada por forte trabalho de base. O Facebook e outros instrumentos da “rede” facilitam que uma massa amorfa e fragmentada se comunique sem depender da ação de um centro emissor e mesmo de “lideranças” que sirvam de referência objetiva e subjetiva para essa mobilização.

Ao romper as barreiras de tempo e espaço, a conexão em rede quebrou muitos dos limites postos à ação coletiva, permitindo formas e cognições de mobilização antes inexistentes. Trata-se de uma transformação com múltiplos desdobramentos, conforme demonstraremos. Entender o novo contexto de mobilização e luta política produzido por tais mudanças é parte fundamental do intento revolucionário no tempo presente.

A base material das transformações na comunicação e na política

A coincidência histórica que marca o encontro entre um intenso processo de desenvolvimento tecnológico, em especial das tecnologias de informação e

¹ Este ensaio reúne e desenvolve, de modo ainda primário, uma breve leitura de conjuntura concebida no calor das manifestações de junho de 2013. Optamos por preservá-la em estado relativamente bruto, sem o devido acabamento que se espera de uma reflexão desse gênero, de modo a registrar as particularidades do contexto “experimental” e dinâmico da produção de tais ideias concebidas no interior da luta política mesma, na qual nos engajamos diretamente como militantes – mesmo que disso tenha resultado formulações relativamente contraditórias e problemáticas, e em relação a muitas das quais já nos afastamos atualmente. Tratou-se, portanto, da produção de recursos analíticos e interpretativos voltados para a nossa prática militante naquele momento, e que devem, por isso, ser lidos a partir das limitações características dessa condição.

² Sobre a tática política dos *massmedia*, ver, entre outros, CORRÊA, 2013.

comunicação – entre as quais podemos incluir a internet e, mais tarde, as mídias sociais – com um notável movimento econômico e geopolítico de liberalização, integração e financeirização da economia em escala global não pode passar impune em nossa análise, uma vez que cumpre um papel importante na compreensão da problemática que apresentamos neste ensaio. Conforme apontamos, é mais ou menos em resposta a essas transformações estruturais que algumas possibilidades de reconfiguração do fazer político se colocam.

Desde que os controles à reprodução e circulação do capital financeiro – estabelecidos a partir da década de 30 do século XX, como parte da resposta à crise estrutural do sistema capitalista ocorrida em 1929 – foram paulatinamente sendo derrubados a partir da década de 70, um conjunto de mudanças estruturais na economia mundial vem se aprofundando e se consolidando como resultante deste processo (HARVEY, 2005).

A desregulamentação dos mercados financeiros e a liberalização das transações internacionais aliada à criação de uma infraestrutura tecnológica, que conta com telecomunicações avançadas, sistemas interativos de informações e computadores potentes, capazes de processamento em alta velocidade dos modelos necessários para lidar com a complexidade das transações, possibilitam que o capital (e, portanto, poupança e investimento, interconectados em todo o mundo por meio de bancos, instituições financeiras e bolsas de valores) seja transportado de um lado para o outro entre as economias em curtíssimo prazo. Dessa forma, os fluxos financeiros, observam um crescimento impressionante em volume, velocidade, complexidade e conectividade, ampliando a autonomização e proeminência da economia financeira em detrimento da economia produtivo-material. Tal fenômeno produz consequências drásticas nas configurações (e no poder) dos Estados nacionais e suas instituições, de empresas privadas e os setores produtivos, bem como da sociedade civil, abrindo novas possibilidades de configuração social articuladas por meio de tais mudanças. Nas palavras de Paulani (2006, p.20),

A invasão dessa lógica [do rentismo] por todos os escaninhos da reprodução do capital é que é a responsável pela difusão das grandes transformações nos processos produtivos herdados da época fordista. As necessidades de costumeirizar a produção, de flexibilizar o trabalho, de encolher os estoques, de reduzir o número dos níveis gerenciais, de terceirizar serviços e etapas do processo produtivo, obedecem todas elas aos imperativos da lógica financeira: dividir os riscos da produção capitalista com os trabalhadores e com os consumidores, evitar que o capital fique empatado em ativos fixos e

estoques de matérias primas e produtos, preservar e buscar a liquidez onde quer que ela esteja.

Tal processo de financeirização da economia, resultado da liberação dos referidos entraves à reprodução e circulação do capital financeiro e fictício (MARX, 1988) em escala mundial, encontra na globalização da produção, circulação e consumo de mercadorias, bens, serviços e pessoas, um terreno fértil para avançar, produzindo, como apontamos, impactos nas mais diversas esferas da vida social. Dessa forma, tal processo de mundialização (CHESNAIS, 1996, 2005) neoliberal, não pode ser compreendido senão como dialeticamente relacionado ao intenso avanço tecnológico observado no mesmo período, como partes integrantes que são de um mesmo complexo sistêmico, a abrir um sem número de possibilidades de alterações e novas configurações nas sociedades contemporâneas, influenciadas por novas dinâmicas políticas, institucionais, culturais e identitárias.

Para descrever e organizar conceitualmente as mudanças pelas quais passam as sociedades, na virada do século XX e início do século XXI, alguns autores têm sugerido termos e conceitos que dialogam com tais transformações das forças produtivas, como, por exemplo, capitalismo digital (SCHILLER, 2000), capitalismo virtual (DAWSON; FOSTER, 1998), capitalismo de alta tecnologia (HAUG, 2003), capitalismo informático (FITZPATRICK, 2002), capitalismo comunicativo (DEAN, 2005) e capitalismo informacional (CASTELLS, 1999). O que importa para nós, aqui, é a centralidade de tais definições no intento de compreensão da relação dialética entre desenvolvimento tecnológico e modo de produção ou, mais amplamente, entre tecnologia e sociedade, enquadramento importante para a discussão a respeito do fazer político contra-hegemônico na dita “sociedade da informação”.

“Cidadania digital” e fragmentação do espaço público

No que tange mais diretamente nossa discussão, é importante observarmos que se é verdade que a adoção das tecnologias de informação e comunicação ampliam capacidades de inteligência e ação coletiva (LEVY, 1995), ela também reconfigura desafios à sua politização. A referida facilidade de mobilização não significa que as massas tenham a mesma facilidade de se formar ou de se organizar de modo mais consistente por meio dessas ferramentas digitais. Pelo contrário, isso pode se tornar até mais difícil. Diversos estudos (HINDMAN, 2009; MOROZOV, 2011; PARISER, 2011; KEEN, 2012; MCCHESENEY, 2013) têm constatado que a internet tende a incentivar as

pessoas a praticamente só entrarem em contato com aquilo que concordam. As redes sociais fortalecem ainda mais esse processo de reafirmação de preferências. E o fortalecem, sobretudo, por meio de um direcionamento tecnicamente ancorado em algoritmos de seleção. Por trás da operação do Google ou o Facebook está a busca empresarial e publicitária em apresentar e oferecer como conteúdo exatamente aquilo que mais agrada, aquilo que o usuário “receberá” e absorverá com mais facilidade, mantendo-o de modo confortável (e quase compulsivo) na plataforma.

O “cidadão 2.0” encontra no seu espaço público virtual uma série de opiniões discordantes. Porém, o debate a respeito parece não apenas não se aprofundar, mas nunca se apresentar de modo claro: perde-se em meio ao fluxo de informações em múltiplas direções e à torrente frenética de *memes* para todos os gostos. É da dinâmica desses instrumentos, pois, o imediato, o simples, o fugaz. O império da performance e do imagético diante do (e como) discursivo tem impacto profundo na cognição dos debates virtuais e, portanto, na construção da dita “democracia digital”.

Formas mais tradicionais de mobilização eram construídas ou por uma direção que aprofundava a formulação política e era legitimada (ou se fazia legitimar) por uma base; ou por espaços como conselhos e assembleias, nos quais existe um ambiente de discussão entre diversos pontos de vista *visando à tomada de uma decisão*. Por mais que assembleias não correspondam ao sonho utópico – e com um quê de desumano – dos modelos deliberativos racionalistas, há nelas não apenas algum espaço para o convencimento com base em razões, mas, sobretudo, a busca da construção de convergências e divergências claras, a tentativa de construir sentidos comuns que favorece a politização e força, em alguma medida, compreensão mútua dos sujeitos.

Seria o Facebook uma grande, gigantesca assembleia, com as dificuldades enormes que isso traria? Talvez. Porém, há diferenças de qualidade, e não simplesmente de quantidade: a lógica “participativa” das redes sociais guia-se não apenas por métodos, mas por propósitos consideravelmente diferentes daqueles dos conselhos e assembleias. A conhecida lógica do *espetáculo* e a desnecessidade de tomada de decisões coletivas nessas redes parecem instaurar um perfil de participação pouco capaz de, *por si só*, promover a tessitura de sujeitos *políticos* coletivos, para além da afirmação expressiva de individualidades e identidades estanques.

Muitos elementos indicam que vivemos em um tempo contraditório (como geralmente o são momentos de transição de uma realidade a outra), em que a lógica do broadcasting (grandes cadeias de rádio e televisão emitindo mensagens para as massas

organizadas com base em seus lócus – de trabalho e produção), da sociedade industrial e seu correspondente mecanismo de comunicação centralizada, verticalizada, do “um para muitos” é paulatinamente substituída pela dinâmica interativa e multidirecional, do “muitos para muitos”, das redes sociais, da desterritorialização e desespacialização do trabalho no capitalismo financeirizado, que maneja com mais flexibilidade, como ativos econômicos, as dinâmicas e fluxos de espaço-tempo. Não se trata, pois, de uma mera substituição de diferentes meios de comunicação, que ao invés de se anularem, tendem a coexistir integradamente, mas de diferentes lógicas comunicativas.

Estamos, dessa forma, diante de uma nova cognição de comunicação (e também de mobilização) para um novo modo de organizar a vida em sociedade; o tempo da “transmídia”: em que as televisões e rádios interferem nas mídias sociais, que interferem nas ruas, que voltam a interferir nas televisões e rádios; num ciclo que se retroalimenta sem que compreendamos com clareza onde tudo começou e onde pode terminar. A linearidade cognitiva, discursiva e ideológica do século XX está posta em xeque.

Não nos parece, dessa forma, mera coincidência que as manifestações de junho de 2013 no Brasil se assemelhem, em muitos aspectos, sobretudo na forma de mobilização, com o que aconteceu recentemente em outros países. O espontaneísmo e o apreço radical pela autonomia como dimensão da negação de instituições, partidos, organizações e outras formas de direção centralizadas, hierarquizadas, burocratizadas mimetizam a própria dinâmica descentralizada e horizontal das redes informacionais, que mais do que meios de comunicação são, como nos empenhamos em demonstrar, meios de mobilização e organização política. “O meio é a mensagem”, diria McLuhan (1968), para explicar como a forma técnica de comunicar algo condiciona, de certa forma, o próprio conteúdo do que se busca comunicar.

A autoestetização de massas

Somada a este processo, e como parte dele, a autoestetização de massas joga um papel relevante. Os usuários (ou “atores-rede”) em questão, sobretudo das gerações socializadas nessa nova forma de consumo e produção de informações (que se fizeram presentes em massa nas manifestações de junho), dedicam parte considerável de sua ação à autoestetização virtual. As imagens postadas nas mídias sociais não apenas interessam mais do que a vida “real”, elas passam a ser, em *memes* e *hashtags*

“compartilhados” nas ruas, a própria vida real, “viralizada” no espaço-fluxo da cidade e transformada em mecanismo de reputação e distinção social. Como afirmava Guy Debord, no aforisma 4 de sua *Sociedade do Espetáculo*, livro de 1967 que hoje soa profético: “O espetáculo não é um conjunto de imagens, mas uma relação social entre pessoas, mediatizada por imagens”.

A lógica da imagem – estática ou em movimento – como discurso é levada ao paroxismo, e a verbalização de pautas, reivindicações e palavras de ordem transforma-se, por vezes, em mero elemento de composição de um cenário em que ética e estética não reclamam necessariamente unidade. Os perfis nas mídias sociais são capazes, dessa forma, de simular o mundo das celebridades em pequenos círculos, categorizando em retuítes e opções curtir e compartilhar o grau de relevância de dada manifestação e, por consequência, o prestígio de seu emissor. E nesse particular, o velho conhecido individualismo burguês joga um papel relevante. É sob esse novo tipo de performance que movimentos e ações, aparentemente sem explicação, encontram sua coerência interna; bastante inusitada para os não-iniciados, porém intuitiva para seus entusiasmados protagonistas.

Mas se por um lado tal fetichismo performático embaralha a racionalidade política linear dominante (?) outrora, também serve como arma de resistência e denúncia a partir da preocupação compulsiva com a hiper-documentação e divulgação de cada ato e momento, mesmo os de violência e repressão policial, desnudando, dessa forma, com certa crueza igualmente performática, práticas e mecanismos de operacionalização da ordem que, despreparada para o novo ambiente, busca, agora, formas alternativas de se mediatizar e virtualizar para fazer frente à nova realidade.

Conclusão: *que fazer?*³

Ante esse diagnóstico, a velha pergunta: que fazer? [E aí vai implícito, desde o nosso lugar de fala: o que nós, da esquerda revolucionária, devemos fazer?]

A pior postura que poderíamos assumir seria nos instalarmos numa posição saudosista dos velhos tempos, que amaldiçoa a “pós-modernidade” e as redes sociais. É preciso, sim, fazer a crítica das redes sociais, dos riscos de alienação trazidos e

³ Este texto não objetiva propor um programa para a esquerda nas lutas atuais, mas discutir o estilo de trabalho a ser desenvolvido, à luz da leitura das condições materiais e sociais da configuração participativa posta. Acabamos enveredando por alguns pontos “programáticos”, particularmente no que diz respeito à democratização da internet, porque diz respeito de forma mais direta precisamente à infraestrutura de participação pública que estamos analisando.

ampliados por sua *lógica do espetáculo*. Porém, façamos a *crítica* no sentido de Marx, que não equivale à impotente condenação moral; a postura resignada de lamentar o *consumismo imagético* dos nossos tempos não nos levará além dele. É preciso abandonar essa atitude decadente, e analisar as transformações materiais do capitalismo sob a ótica da expansão de suas contradições, das possibilidades de emancipação social, e não apenas de exploração.

Que fazer, pois? Arriscamo-nos, por fim, a entrar no imprescindível debate estratégico e tático.

Primeiro, de modo mais imediato, apresenta-se como óbvia a tarefa de intervir na conjuntura atuando conforme a cognição que está implantada nas redes sociais – *dentro e contra*, na famosa expressão de Antônio Negri. Tratemos de fazer mais *memes*, vídeos curtos, etc., em defesa de nossas bandeiras. “Ocupemos” a rede com política, disputemos o cenário do “espetáculo” com conteúdos e formatos contra-hegemônicos.

Segundo, é fundamental estender para o conjunto da população o acesso pleno à base material de que hoje as maiorias ainda são privadas no Brasil: internet de qualidade. Se nossa preocupação é com empoderar as classes subalternas, devemos lutar urgentemente pela internet banda larga universal e gratuita.

Terceiro: para democratizar a internet, não basta universalizar o acesso a ela. É necessário construir poder alternativo ao das grandes corporações que hoje a controlam em sua estrutura, base física e, em considerável medida, conteúdo. Facebook e Google, por exemplo, são empresas pautadas pelo lucro, e que muitas vezes têm posturas de conivência e colaboração com o vigilantismo dos governos – isso para não falar da invasão da privacidade dos usuários a serviço de seus interesses econômicos⁴. Além disso, a produção de informação jornalística está cada vez mais concentrada em grandes agências, gerando um processo de oligopolização que também afeta a internet, e se mescla ao controle da infraestrutura física da rede (cabos, servidores, distribuição, etc.) pelas grandes empresas de telecomunicações⁵. Trata-se, então, de uma luta contra o complexo comunicacional pautado pelo lucro e pelo vigilantismo, que atravessa Estados e grandes corporações da “velha” e da “nova” mídia.

Se há alguma grande lição por trás dos últimos vazamentos e “escândalos cibernéticos” é a de que a democracia representativa liberal está, cada vez mais, ajoelhada ao capitalismo. Em nome dele, e por ele, são cometidas todas as atrocidades

⁴ Para mais sobre ver MOROZOV, 2011.

⁵ Para um panorama sobre a economia política da estrutura física da internet ver BLUM, 2012.

necessárias, inclusive o monitoramento em massa. Estados nacionais e empresas transnacionais atuam em intensa colaboração na produção desse sistema global de vigilância e controle – corporações como Google e Facebook, como tantas outras, são parte do jogo. Cientes da importância econômica e geopolítica dessa nova esfera estratégica, os jogadores se empenham em uma verdadeira corrida ciberarmamentista financiada pela indústria bélica em cooperação com os Estados nacionais – que comercializam entre si parte desses novos “produtos informacionais” de segurança⁶. Para garantir controle e lucro (como faces complementares do mesmo objetivo), a internet, que nasce e se desenvolve de modo descentralizado, passa por um processo brutal de centralização, controle e militarização tanto do ponto de vista técnico quanto econômico e, por isso, está paulatinamente deixando de ser uma esperança para se tornar um grande risco para a humanidade.

Apesar de sua relativa complexidade técnica – não raro utilizada para legitimar politicamente o controle cibernético – a dinâmica de funcionamento dessa distopia pode ser esquematizada de modo bastante primário: informação como dinheiro (capital), dinheiro como poder, poder como controle. É só com resistência política organizada, pois, que derrubaremos esse estado de coisas (que não começa agora, nem mesmo com a internet). Um novo front para a luta de sempre.

Trava-se hoje uma verdadeira guerra pela defesa da internet. E há inúmeros movimentos de ciberativistas e hackers em todo o mundo que estão na linha de frente dessa empreitada e pagam, por isso, um alto preço. Isso significa, entre outras coisas, que a demanda pela democratização da internet exige a luta simultânea pela afirmação do princípio da neutralidade da rede (ou seja, que aquele que controla a infraestrutura física da rede não possa condicionar seu conteúdo, escolher, com base em interesses de lucro e geopolíticos, quem os recebe ou não); pelo software livre; pelo fim do oligopólio das redes de rádio e TV no Brasil; pelo apoio e financiamento à comunicação comunitária; e pela construção autônoma de redes sociais autogestionadas, não pautadas pelo lucro nem controladas diretamente por grandes corporações e pela política externa de Washington e seus aliados.

Quarto, se a lógica de cognição e interação do Facebook tomou as ruas, (assim como as “ruas” atravessam as redes sociais), é preciso disputá-la. Não basta cada um/a ir à rua manifestar sua indignação individual, corporativa ou identitária, por importante

⁶ Para um debate sobre esses e outros aspectos da “guerra informacional” ver ASSANGE, J; et al., 2013.

que isto seja. É necessário aproveitar o momento de ascenso de massas para que o encontro no espaço público não seja apenas entre individualidades ou segmentos estanques, mas produtor de novas subjetividades coletivas, formadas pela cultura de colaboração, *tomada de decisões* pautada pela convivência, diálogo e conflito democrático. Em outras palavras, é preciso valorizar a produção política do *comum*.

Isso não significa, porém, abdicar da diversidade, sucumbir à lógica da busca e da produção do idêntico, do mesmo, do que nos homogeneizaria. Não existe “luta contra a corrupção” a supostamente unir a todos, fabricar um mundo “sem política”. Devemos nos instalar *no meio do redemoinho*: no reino das diferenças, da pluralidade e do conflito, o grande produtor de democracia e da transformação social. A igualdade política que buscamos é produzida pela promoção dos antagonismos no seio da multidão, e não de seu ocultamento.

Nas confluências entre redes e ruas, alguns espaços e formas de participação podem inspirar essa “produção do povo pelo povo”, segundo a expressão utilizada por Henri Lefebvre para descrever a Comuna de Paris, em ensaio da década de 1960. É o caso das mais diversas ocupações, das “Assembleias Populares Horizontais” e outras experiências de produção insurgente da vida coletiva.

Para além do formato dessas experiências, é preciso prestar atenção ao conteúdo de várias delas, normalmente *conectadas* às lutas pelo direito à cidade em suas múltiplas dimensões. A crescente mercantilização e financeirização dos serviços, equipamentos e espaços públicos, bem como das próprias cidades como objeto social, urbanístico e cultural, intensifica a importância das lutas urbanas, cuja associação com o chamado “mundo virtual” é não apenas cada vez mais importante, nos métodos e pautas, mas também inevitável.

Quinto, é necessário retomar a velha e indispensável tarefa cotidiana do “trabalho de base”. No tripé clássico do trabalho revolucionário, formação e organização são tão importantes quanto mobilização. Boa parte da esquerda brasileira parece ter se esquecido disso, na medida em que se burocratizou e perdeu seu caráter e compromisso militante. Grupos como a direção das igrejas neopentecostais não se esqueceram, o que certamente contribuiu para a hegemonia conservadora e o ascenso fundamentalista na sociedade brasileira.

O trabalho de base, porém, precisa ser criativo. Deve buscar na memória programática e organizativa da esquerda uma inspiração, mas não muito mais do que isso. É preciso buscar novas referências, métodos, e cultivar um espírito e práticas de

abertura para colaborar com a construção de novos sujeitos – que, para serem efetivamente novos e terem capacidade de empreenderem suas próprias lutas, não poderão corresponder às imagens petrificadas trazidas de um passado distante. A criação inovadora é o imperativo categórico da ação descentralizada e multi-síntese da rede. Para uma nova configuração social e de comunicação, uma nova forma de fazer política e disputar a sociedade. A revolução se faz no presente. E o tempo é de imaginar para revolucionar.

Referências bibliográficas

ASSANGE, J.; et al. **Cypherpunks: liberdade e o futuro da internet**. Trad. Cristina Yamagami. São Paulo: Boitempo, 2013.

BLUM, A. **Tubes: a journey to the center of the internet**. New York: HarperCollins Publishers, 2012.

CASTELLS, Manuel. **A Sociedade em rede**. São Paulo: Paz e Terra, 1999. (A era da informação: economia, sociedade e cultura; v. 1)

_____. **Communication Power**. Nova York: Oxford University Press, 2009.

CHESNAIS, François. **A Mundialização do Capital**. São Paulo: Xamã, 1996.

_____. (org.) **A Finança Mundializada: raízes sociais e políticas, configuração, consequências**. São Paulo: Boitempo, 2005.

CORRÊA, M.D.C. Por um movimento antidisciplinar dos movimentos. **A Navalha de Dali**, 18 Jun. 2013. Disponível em: <http://murilocorrea.blogspot.com.br/2013/06/jamais-renunciar-ao-que-podem-os-corpos.html>. Acesso em: 13 Abr. 2014.

DAWSON, M.; FOSTER, J. “Virtual capitalism”, In: Robert Mcchesney, Ellen Wood y John Foster (ed.), **Capitalism and the Information Age**, Nova York, Monthly Review Press, pp. 51-67, 1998.

DEAN, J. “Communicative Capitalism: Circulation and the Foreclosure of Politics”, In: **Cultural Politics**, Vol. 1, No. 1, pp. 51-74, 2005.

DEBORD, G. **A Sociedade do Espetáculo**. Rio de Janeiro: Contraponto, 1997.

FITZPATRICK, Tony, 2002, “Critical Theory, Information Society and Surveillance Technologies”, In: **Communication and Society**, v. 5, n. 3, pp. 357-78.

HARVEY, D. **O novo imperialismo**. São Paulo: Loyola, 2005.

HAUG, F. **High-Tech-Kapitalismus**. Hamburgo: Argument, 2003.

HINDMAN, M. **The Myth of Digital Democracy**. New Jersey: Princeton University Press, 2009.

KEEN, A. **Digital Vertigo**: how today's online social revolution is dividing, diminishing, and disorienting us. New York: St. Martin's Press, 2012.

LEFEBVRE, Henri. La significación de la Comuna. Disponível em: <http://afavordarua.webnode.com.br/news/la-significacion-de-la-comuna-henri-lefebvre/>
Acesso em: 13 Abr. 2014.

LÉVY, P. **As tecnologias da inteligência**. Rio de Janeiro: 34 Letras, 1995.

MARX, K. **O Capital, v. III, tomo II**. São Paulo: Nova Cultural, 1988.

MCLUAN, M. **As comunicações como extensões do homem**. São Paulo: Cultrix, 1968.

MCCHESENEY, R.W. **Digital Disconnect**: how capitalismo is turning the internet against democracy. New York, The New Press, 2013.

MOROZOV, E. **The Net Desilusion**: the dark side of internet freedom. New York: PublicAffairs, 2011.

PARISER, E. **The Filter Bubble**: what the internet is hiding from you. New York: The Penguin Press, 2011.

PAULANI, L. Capitalismo financeiro e estado de emergência econômico no Brasil: abandonando a perspectiva do desenvolvimento. In: **X Jornadas de Economia Crítica**, Barcelona, 2006.

SCHILLER, D. **Digital Capitalism**. Cambridge: MIT Press, 2000.